



PAULO FREIRE E SEUS DIÁLOGOS COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS À LUZ DA LEI 10.639/03 NA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

Eliane Almeida de Souza¹

Cláudia Castro Lucchesi Poli²

Resumo: É tarefa dos Estados a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais em todo o país. Na Seduc/RS, o Departamento Pedagógico criou a Equipe da Diversidade para a aplicabilidade das políticas públicas. A prática dessas ocorre de forma dialógica amparada no pensamento freireano. As formações com os representantes das Coordenadorias Regionais e as reuniões com os Movimentos Sociais na Seduc, tem por objetivo, a implementação da Lei 10.639/03 nas escolas da rede sulina do país. A Lei 10.639/03 altera a LDB 9394/96, inserindo no currículo escolar a história e a luta dos negros oriundos da diáspora africana. A Seduc, com base na educação popular problematiza “O que fazer para que professores e gestores educacionais abordem questões referentes à negritude em sala de aula?” A metodologia utilizada busca dar conta das complexidades étnicas da sociedade brasileira, para que após navegarmos na diáspora, seja possível estabelecer mudanças com a participação dos movimentos sociais, reconhecidos enquanto sujeitos das ações transformadoras de nossa sociedade.

Palavras-chave: Educação Popular, formação de professores e pertencimento étnico-racial.

No ano de 2011, foi início de mais um Governo Democrático e Popular, cuja essência do Plano, entre outros foi o diálogo com os Movimentos Sociais e tem-se levado ao pé da letra o cumprimento destas questões. Para contribuir com a efetivação das políticas públicas educacionais, a Secretaria Estadual de Educação instituiu no Departamento Pedagógico, a Equipe da Diversidade para dialogar com os Movimentos Sociais, e contribuir na implementação das Políticas Públicas amparados no conceito de Educação Popular e nos diálogos com Paulo freire e outros autores, para fundamentar as teorias educativas, respeitando a luta, historicidade e contribuição do Movimento Negro no processo de construção da Lei 10.639/03.

¹ Mestre em Educação pela UFRGS. Pós- Graduanda do curso de Especialização Ética e Educação em Direitos Humanos pela UFRGS. Coordenadora da Equipe da Diversidade da SEDUC (Secretaria de Educação do RS).

² Graduada em Gestão do Cuidado para uma Escola que Protege pela UFSC. Pós- Graduanda do curso de Especialização Ética e Educação em Direitos Humanos pela UFRGS. Filósofa. Professora dos 1º e 2º anos no Ensino Médio nas disciplinas de Filosofia, Sociologia, e Educação e Direitos Humanos na Escola Técnica Estadual Parobé em Porto Alegre/RS.

Sabe-se que é dever do Estado a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais em todo o país. Porém é notório que a prática desta legislação só é possível com a contribuição efetiva dos Movimentos Sociais e especial, do movimento negro, a vontade dos gestores e o trabalho efetivo dos professores..

Mergulhamos no pensamento de Freire para trabalhar o processo diaspórico dos africanos no Brasil tendo por objetivo neste momento, a desconstituição de mitos, tabus e preconceitos presentes no mundo da educação, e em especial para contribuir com o pertencimento étnico-racial dos professores e alunos na rede pública do Estado.

A Equipe da Diversidade no ano de 2011, dialogou com suas temáticas na transversalidade. Além da transversalidade, dialoga também com as modalidades de educação básica. E para contribuir com estes diálogos, reafirmamos que este é o ano da reestruturação curricular, na qual os professores e gestores precisam estar atentos e disponíveis para reforçar no currículo a legislação 10.639/03 e também a 11.645/08 (esta trabalha com a luta e história dos povos indígenas no currículo).

Na práxis, a aplicabilidade das políticas públicas ocorre amparada nas obras de vários autores, em especial Paulo Freire que muito primou por uma educação popular de qualidade para todos, com uma metodologia envolvente para que os professores se sintam instigados a pesquisar e colocar em prática suas experiências vivenciadas nas formações realizadas na Secretaria Estadual de Educação, sob a responsabilidade da Equipe da Diversidade, o setor pedagógico, o Fórum de Educação Étnico-racial Permanente e demais setores da Secretaria.

Para que possamos desconstituir rótulos, tabus e preconceitos, é necessário uma retomada histórica do passado, entendendo que o processo de exclusão social da população negra de todas as esferas sociais, não se deu de forma tranquila, tendo seus reflexos até os dias de hoje no universo da educação. Acessando um pouco deste processo é necessário para que o professor entenda a importância de seu trabalho no dia a dia em sala de aula, independente da disciplina em que atua, como um caminho a ser permanentemente construído no coletivo social.

UM POUCO DO PASSADO

A era da resistência à escravidão não teve início no Brasil, pois uma vez capturados, os negros tentam a fuga ou buscam a liberdade através do suicídio. Os navios negreiros são

verdadeiras tumbas, devido ao alto índice de mortalidade durante as viagens, pois naquela época, uma viagem chegava a durar três meses de navio, e neste muitos se jogaram em alto mar para não realizarem a travessia. Existiam as doenças que se propagavam com muita rapidez, assim como foi assustador os que morreram de “Banzo”.³.

O processo de escravidão sofrido na pele pela maioria dos antepassados deixou sequelas físicas e emocionais no povo negro, devido ao corte sofrido bruscamente na história, os que aqui chegaram não foram convidados, não sabiam a que vinham e nem sequer tiveram direito de escolha de ficar em seus países de origem.

Ao aportarem em solo brasileiro, os africanos recebem nomes portugueses numa tentativa de tirar-lhes sua identidade. Mais sério do que isso, foi junto com o massacre de sua memória a negação de suas práticas religiosas, língua, família, pois na troca ou na venda da mercadoria (homem), separavam-se as famílias e misturavam-se as etnias, para que falando línguas diferentes, jamais pudessem se articular ou comunicarem para algum atentado aos seus donos⁴.

ONTEM E HOJE: AS RESISTÊNCIAS SÃO SOCIAIS E ÉTNICAS

Nos dias de hoje, podemos afirmar que as resistências sociais são oriundas de um processo histórico, na qual o europeu aparece como o maior responsável pelo início do tráfico de escravos oriundos da diáspora. Esta ação desencadeou uma situação de ruptura social que permanece até os dias de hoje. Além do processo de negação e desconhecimento da rota da escravidão, as negações e contradições manifestam-se através de muitas expressões e rótulos, que desembocam na sala de aula. Na maioria dos casos nossos professores não sabem como fazer quando as desavenças são manifestadas com fortes estereótipos, e preconceitos.

No que tange às resistências étnicas sabemos que estas foram constituídas no imaginário social, podendo ser constatadas no mercado de trabalho, no sistema de saúde pública, nas altas

3

Banzo: palavra de dialeto africano para expressar sentimento relacionado à saudade no Brasil.

4 Seus donos- usamos este termo para nos referirmos aos compradores de escravos, ou seja, aos que se apropriaram das terras e depois faziam uso deles enquanto mercadoria de troca e outras utilidades.

taxas de reprovação, evasão e repetência em escolas públicas, e até nas diferentes formas de abordagens dos policiais nas ruas...- sabem sim a cor⁵ do sujeito de que estamos falando.

Para melhor dialogarmos com este processo de resistência e as formas de tratamento dispensadas hoje aos negros diaspóricos um pensamento de Munanga:

Negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica. E, como o ser humano toma sempre o cuidado de justificar sua conduta, a condição social do negro no mundo moderno criará uma literatura descritiva dos seus pretendidos caracteres menores. O espírito de muitas gerações européias foi progressivamente alterado. A opinião ocidental cristalizara-se e admitia de antemão a verdade revelada: negro = humanidade inferior. À colonização apresentada como um dever, invocando a missão civilizadora do Ocidente, competia à responsabilidade de elevar o africano ao nível dos outros homens. (MUNANGA, 1986, p.9)

Esta dialética de um passado presente em nosso dia a dia se manifesta através de antigas resistências – fugas, rebeliões, assassinatos, até as novas referências de homens que em um novo tempo gravaram sua marca na historicidade negra– Zumbi dos Palmares, Oliveira Silveira⁶, Maria Helena Vargas da Silveira⁷ e vários autores vêm contribuindo no processo de implementação de políticas públicas específicas para a comunidade negra.

Desde os primeiros anos da escravidão até os dias de hoje há notícias da criação e formação de muitos quilombos como referências de luta e resistência cultural dos descendentes de escravos no Brasil. O exemplo mais conhecido, pela duração destes exemplos, foi o de Zumbi dos Palmares⁸. Ele foi criado e liderado pelo estrategista Zumbi dos Palmares, que após décadas o movimento negro gaúcho através do poeta, ativista e militante Oliveira Silveira, retomou esta bandeira, trocando em pauta nacional, a comemoração nas escolas do dia 13 de maio⁹ para o dia 20 de novembro¹⁰.

5 Cor do sujeito: Quando abordamos estes assuntos, referimo-nos ao sujeito negro, de cor preta. Alguns abordam “homem de cor” para dizer a palavra: “negro”. No fundo, trabalhamos com três etnias: negra, branca e indígena, ou seja: branco, negro e amarelo. E para referirmos aos sujeitos oriundos dos imigrantes e outras etnias, utilizamos o termo branco ou não negros.

6 Oliveira Silveira foi a autor da proposta de troca do dia 13 de maio para o 20 de novembro nas escolas, desembocando a mesma dentro da Lei 10.639/03.

7 Maria Hena Vargas da Silveira – conhecida como “Helena do Sul” – nascida em Pelotas. Escritora, poetisa e ativista do movimento negro gaúcho que nos deixou em janeiro de 2009.

8 Zumbi dos Palmares - Líder do quilombo mais conhecido pelos historiadores em Alagoas, na Serra da Barriga. Hoje Zumbi é apresentado à história (quando o é), como herói negro nacional, que liderou um exército criando estratégias e lutas com mais de vinte mil adversários.

9 13 de maio de 1888- Dia oficial da Assinatura da Abolição da Escravatura pela Princesa Isabel.

10 20 de novembro. No momento em que escrevemos este trabalho, ficamos sabendo da morte de Oliveira Silveira, ocorrida no dia 01 de janeiro de 2009. Para nós ativistas e militantes, além da perda irreparável, imediatamente surgiram propostas de que 20 de novembro seja feriado em todo o país, em sua homenagem, post-mortem.

A SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E A LEI 10.639/03

Como já referi, a Lei 10.639/03, altera a LDB 9394/96, inserindo no currículo, a história e a luta do povo negro e africano. Esta ação só foi possível, porque agentes e ativistas do movimento negro social, em especial o movimento negro, escreveram na página da história a cobrança sobre a ausência do protagonismo negro no Brasil, país este que foi estruturado na força e no suor desta nação. A lei é direcionada especialmente para as escolas, porque é lá que estão além da formação do sujeito, o reflexo da sociedade externado no pensamento dos alunos, várias formas de preconceitos e leituras de mundo, distorcidas da realidade brasileira, não só colocando no anonimato mas também na exclusão educacional milhares de alunos da rede pública estadual.

E AGORA PROFESSOR, COMO FAZER?

No mundo da educação, nos dias atuais, ao trabalharmos a situação do sujeito negro e suas particularidades em relação às resistências, lutas, negações e contradições, temos a categoria de pertencimento étnico-racial como essência neste trabalho para relermos o passado, refletirmos o presente e ressignificarmos o futuro de nosso país, a partir da educação.

Além do pensamento de Freire que nos coloca com propriedade suas experiências, também retomo a contribuição de Munanga¹¹, na qual para nós, entre muitos, é mais um dos autores que vem significativamente na caminhada dos pesquisadores propor uma abordagem concreta do que foi o processo de escravidão e a sobrevivência da comunidade negra em nossos dias. Tonalidades de peles, lugares e os ressentimentos presentes para com a comunidade negra, destacamos a afirmação de Mandela:

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião.

11

Kabengele Munanga nasceu na República Democrática do Congo, antigo Zaire, no dia 19 de Novembro de 1942. Foi o primeiro antropólogo do seu país, tendo saído pela primeira vez para fazer mestrado na Bélgica. Chegou ao Brasil por convite de um colega, terminado o seu doutorado, retornou ao Congo. Em 1980 veio para o Brasil, para assumir a cadeira de Antropologia na Universidade do Rio Grande do Norte. Depois de um ano muda-se definitivamente para São Paulo, tomando como sua casa a Universidade de São Paulo. Tem cinco filhos, dois belgas, dois do congo e um brasileiro.

Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta".¹²

Para falarmos da categoria de pertencimento étnico-racial, nos espaços educativos em especial na formação de professores, tenho sempre presente a frase de Paulo Freire ao pisar pela primeira vez na África, lembrando que ele não era negro, mas identificava-se com a brasilidade encontrada naquele país: Portanto, se parte do princípio de que não precisamos ser negros para tomarmos a causa para nós; não precisamos ser indígenas, lésbicas para tomarmos a causa da exclusão para si e nos tornarmos defensores das políticas públicas gravadas no guarda-chuva dos Direitos Humanos.

Em nossos dias, é notório a dificuldade dos professores em abordarem questões específicas como a negritude em sala de aula, principalmente, se não sentem na pele as discriminações. Para isso, compartilho o pensamento de vários autores referenciais neste processo, que muito tem somado com a caminhada dos professores e da sociedade em geral.

Vejamos Freire (1984, p. 13-14), no qual encontramos uma importante contribuição histórica para a comunidade negra e não negra. Por ser este autor um dos que mais contribuiu em análises quanto à temática de formação de professores nesta nova Gestão de governo, chegamos ao entendimento de que não podemos nos referir à História brasileira, sem falarmos primeiro de África:

“ Meu primeiro contato com África não se deu, porém, com a Guiné-Bissau, mas com a Tanzânia, com a qual me sinto, por vários motivos, estreitamente ligado. Faço esta referência para sublinhar quão importante foi, para mim, pisar pela primeira vez em chão africano e sentir-me nele como quem voltava e não como quem chegava”.

Paulo Freire fala de pertencer a um lugar, a uma territorialidade na qual denominou quilombo, para falar de si como um sujeito que entregou-se às delícias da natureza e ao trabalho educativo para com os africanos, de acordo com o que levou do Brasil:

“ Na verdade, na medida em que, deixando o aeroporto de Dar es Salaam, há cinco anos passados, em direção ao campus" da universidade, atravessava a cidade, ela ia se desdobrando ante mim como algo que eu revia e em que me reencontrava”.

Particularmente, para o meu olhar, o Quilombo passou a ser um espaço energético, na qual revia e me reencontrava” (FREIRE, 1984,p.13 -14)

Para falar de pertencimento étnico-racial, é necessário assumir e buscar traços, estereótipos que nos identifiquem com nossos antepassados, assumindo uma história de perdas, e também com vários aspectos positivos como a dança, religiosidade, culinária, cultura, enfim, fatores que são capazes de mexer com nosso mais profundo íntimo contribuindo com nosso reencontro pessoal. Assim poderemos falar a nossos alunos com base em nossa matriz. Vejamos Freire:

Naturalmente, não foram apenas estes aspectos, para alguns puramente sentimentalistas, na verdade, contudo, muito mais do que isto, que me afetaram naquele encontro que era um reencontro comigo mesmo. (FREIRE, 1984, p. 13-14).

Se o educador se permite falar de traços, tonalidades de pele associados com a cultura, contribuirá para que o aluno negro se perceba na sua historicidade de forma positiva, e o aluno não negro, conheça a história de luta valorosa do colega negro, percebendo que podem os dois conviverem de forma mais harmoniosa em nossa sociedade, no momento do encontro consigo.

O pensamento freireano e de Kabenguele chamam a atenção mais uma vez sobre a necessidade de se recontar dentro e fora da sala de aula, que este caminho forçado na qual vem trilhando a etnia negra não nasceu hoje e sim há séculos, onde o currículo ao inserir tais questões pode contribuir na superação da história mal contada, negada, assim como na elevação da autoestima do aluno negro e principalmente na busca do respeito dos não negros em todos os espaços sociais.

Assim como o “racismo” não nasce por acaso, suas práticas estão presentes em todas as esferas sociais, constituindo-se esta, como um tecido permeado por atitudes e ações preconceituosas nas quais o sistema mudou, mas a escravidão ainda não foi erradicada; quer em sua forma tradicional, quer em formas mais contemporâneas. Tais informações podem ser confirmadas na vida de muitos sujeitos, assim como nas exceções de denúncias feitas pela mídia, ao se referir ao trabalho escravo. Muitas pessoas ao se referirem a este termo, o associam somente ao tempo da escravidão ou do escravismo.

Para ilustrar o que digo, que o preconceito não está somente na sala de aula e na escola, mas também na sociedade, divido uma experiência no ano de 2002, na qual presenciei

cenas, em Campos dos Goytacazes¹³ onde pessoas realizavam o corte da cana. Naquele lugar, vi o difícil processo desta sobrevivência humana. Era impossível identificar a idade daquelas pessoas, assim como suas etnias. Tradicional. Cumpriam uma carga horária muito extensa e tinham braços, pernas, pulmões queimados pelo carvão que exalava da queimada da cana. Suas expressões eram de permanente sofrimento, pois tinham também a companhia do sol forte que queimava sua pele, assim como seus olhares que pareciam mirar o infinito e desconectadas com tudo que se passava ao seu redor. Em silêncio, limitavam-se apenas ao cumprimento de suas tarefas, mantendo sempre suas cabeças baixas e seus olhos voltados para o centro da terra. Lembro-me até hoje que estes trabalhadores não conversavam entre si, e não permitiam que seus corpos parassem antes do término do corte e da queima da cana. Comovida com essa imagem inesquecível, lá fiquei sabendo que muitas daquelas pessoas apresentavam problemas de saúde, cujos casos eram gravíssimos devido ao ar que respiravam na hora da queimada da cana.

Estas sensações, mais uma vez elencam vivências que adentram o espaço da formação dos professores. Na sala de uma das professoras da escola observada, suas considerações me transportaram à este tempo.

O trabalho para a implementação da Lei 10.639/03 no currículo é árduo, e deve ser feito em parceria com o movimento negro e os movimentos sociais, com base sempre na educação popular de qualidade, na qual a Seduc vem primando em suas formações junto às Coordenadorias Regionais de Educação, entendendo esta proposta como uma proposta de Governo e não de Gestão.

Sabe-se que o capitalismo ocupa todos os espaços, e no que tange a estas questões, tem como aliado o já citado muitas vezes, mito da democracia racial. Observamos que sempre que o movimento negro levanta sua bandeira de reivindicações, imediatamente outras surgem rígidas e fechadas num processo de resistência, negando a necessidade de tais políticas, dividindo a opinião das pessoas, reafirmando que a exclusão do povo negro no Brasil é uma questão social, jamais racial. Será? Ainda neste tempo, continuamos afirmando que são as duas.

13 Campos dos Goytacazes - uma cidade do Rio de Janeiro, localizada ao norte fluminense. Campos foi colonizado por índios e negros. Atualmente, a cidade ainda concentra uma população de ascendência negra, e ao conversar com muitas delas, denominam-se *moreninhas, multas*". A palavra negro ainda é de difícil acesso a esta comunidade, que a meu ver, ainda apresenta forte negação no que diz respeito ao seu pertencimento étnico-racial.

Para dialogarmos com os professores, seus caminhos pedagógicos na desconstituição do mito, é de fundamental importância inserir no currículo as questões negras e suas especificidades o que Freire nos diz: “ O educador deve ser um inventor e um reinventor constante desses meios e desses caminhos com os quais facilite mais e mais a problematização do objeto a ser desvelado e finalmente apreendido pelos educandos”. (FREIRE, 1984, p. 17).

Este processo implica em ter a identificação das práticas discriminatórias, as contradições e as negações étnico-raciais que estão presentes nas escolas há muito tempo, e podem ser desconstituídas através de um trabalho coletivo e um despertar da consciência dos sujeitos comprometidos e envolvidos educacional e socialmente, na qual juntos objetivem a transformação social de sua práxis.

Portanto aqui está presente um pouco das práticas discriminatórias, as contradições e as negações étnico-raciais que se manifestam na escola, e podem ser desconstituídas através de um trabalho coletivo e um despertar da consciência dos sujeitos comprometidos e envolvidos com a educação em qualquer espaço, onde no coletivo acreditam em mudanças que objetivam as transformações sociais.

O MOVIMENTO NEGRO E SUES DIÁLOGOS NA SEDUC

Ao abordar o conceito de movimento negro, referimo-nos as pessoas simpatizantes, ativistas e partícipes do movimento social envolvidos permanentemente com todas e quaisquer ações que digam respeito às questões de discriminação histórica e social da população negra. Pessoas identificadas diretamente com a resistência que os africanos e seus descendentes imprimiram em sua práxis, desde sua chegada em nosso país, até os dias de hoje, cerca de quinhentos e três anos de história de colonização das terras indígenas, cujo segmento social em sua dialética com os demais, aos poucos se constitui enquanto categoria, como uma construção analítica e não como um fenômeno empírico observável. A partir das lutas do movimento negro e do movimento de mulheres negras à negação frontal do racismo é paulatinamente substituída por solenes declarações que reconhecem o problema, mas não indagam o papel dos indivíduos, das instituições e do Estado na sua superação.

Ao longo dos anos, os militantes ganharam existência e tornam-se sujeitos ativos de seus direitos, pois na medida em que se constituem enquanto partícipes de uma entidade ou grupo, ao mesmo tempo estarão sendo constituídos como sujeitos coletivos, cujos processos

são dinamizados e processados socialmente. Analisemos este movimento dos militantes para as entidades e grupos, e vice-versa, tendo presente que um não se esgota no outro, mas ao contrário, a ação individual e o processo de ações coletivas se dão pela imbricação, interação, movimentos de ambos, onde os ativistas e militantes constituem-se, adquirem identidade nas entidades que participam ou também dentro dos grupos.

Definimos como entidades, pessoas e grupos que constituem o movimento negro gaúcho brasileiro, aquelas que articulam e propagam a cultura negra, estando ou não, inseridas em fóruns locais, estaduais ou nacionais reconhecidas também por outras entidades ou instituições, em sua prática organizativa e política articuladora, enquanto partícipe do movimento social negro e demais esferas sociais.

As comunidades e instituições vêm nesta caminhada organizando-se em grupos, associações, entidades, para elaboração de políticas específicas de inclusão e representatividade da população afro-brasileira. Temas polêmicos e difíceis de serem abordados, trabalhados e ressignificados, em função de que há no senso comum e que reforça diariamente uma igualdade de sujeitos, mas não de direitos, numa prática que afirmamos não sermos seres iguais etnicamente, e muito menos de direitos igualitários enquanto sujeitos negros. Por isso a necessidade de políticas específicas para grupos e questões específicas, tais como a Lei 10.639/03.

Estudos e pesquisas comprovam que no Rio Grande do Sul, existe mais de uma centena de organizações, divididas em grupos e instituições, sociedades que trabalham com as questões negras. Algumas de cunho social, político, educacional e cultural. Num processo de reivindicações, estas entidades têm participado frente às mobilizações, passeatas e atos, contribuindo diretamente na elaboração, acompanhamento e assessoria de algumas ações, em especial com a Lei 10.639/03; o Estatuto da Igualdade Racial, O Vinte de Novembro e a Política de Cotas nas Universidades Públicas.

A tônica do movimento negro encontra-se na inserção curricular das demandas referentes às políticas públicas e o acompanhamento destas nas quais abordem o processo diaspórico como um legado deixado pelos ancestrais africanos e sua dialética com a categoria de pertencimento étnico-racial (para que sujeitos se constituam enquanto pertencentes à etnia negra), ou seja, para a continuidade da luta pela erradicação do preconceito racial.

A contribuição deste segmento em prol da liberdade dos africanos e seus descendentes no Novo Mundo¹⁴ desencadearam a necessidade de análise das perdas históricas e sociais, trazidas e mostradas no cotidiano pelas instâncias organizativas da sociedade e seus estatutos e regimentos. Por instâncias organizativas entendemos os seguintes espaços: família, igrejas, escolas, quilombos, associações de moradores, grupos, ONGs, sindicatos, clubes de mães, associações de pais e mestres e sociedades recreativas.

A materialização destas demandas, após muitas reuniões e trocas de informações por parte desta sociedade organizada foram analisadas pelas instâncias de poder do Estado e referendadas através de decretos, portarias, regimentos, estatutos, projetos de lei e leis como estratégias de oferecer maior visibilidade às políticas reparatórias, assim como a resistência cultural presente no mundo negro. Recorremos ao dicionário Escolar Afro Brasileiro, para explicação de nosso entendimento sobre a Política de Ação Afirmativa:

"Política pública voltada à promoção da mobilidade ascendente de membros de um grupo social historicamente discriminado. Em relação aos afro-descendentes, especificamente, se expressa, por exemplo, na de cotas em universidades ou empresas, bem como bolsas de estudo, como compensação pelas dificuldades encontradas em um contexto social notoriamente adverso. Também chamada de Ação compensatória. Na Índia, esta prática assegura, por meio da Constituição, vagas no Parlamento e nas casas legislativas estaduais, assim como no serviço público, para as castas e tribos em desvantagem histórica. Nos Estados Unidos, seus princípios passaram a ser implementados em 1964". (LOPES, 2006, p. 12-3).

Neste caminho, os Estados Unidos ao adotarem estas políticas públicas, as mantiveram em sua pauta nacional por um tempo de aproximadamente cinquenta anos. Chegaram à conclusão de que as ações afirmativas não resolveriam todos os problemas de discriminação racial, porém, inseriram o sujeito negro em um cenário de melhores condições sociais, econômicas e culturais. Os EUA não eliminou o problema da discriminação racial, mas significativamente sensibilizou a sociedade para a aplicabilidade legislativa, elevando a autoestima dos negros, assim como o respeito dos não negros para esta população.

Analizamos como mais uma conquista histórica dos EUA, os concretos resultados associados a esta caminhada, na qual materializa-se hoje: a eleição do primeiro presidente

14 Novo Mundo- Entendemos por Novo Mundo, Novo Continente, o país denominado Brasil.

negro, Barack Obama¹⁵. Paralelamente a este resultado histórico (pois nunca em um país de primeiro mundo havia se efetivado tal possibilidade), entram em cena mecanismos sutis de discriminações trabalhados pela mídia. Pois esta também tem reforçado diariamente que Obama foi eleito porque possui "*méritos*", "*capacidade*" e não pela tonalidade de sua pele.

Sobre mecanismos de discriminação, Kosik amplia um pouco mais nossos olhares sobre esta ação internacional, que está correlacionada diretamente com a realidade brasileira, o movimento negro e os demais segmentos sociais: “ se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos, de noções a outras noções. É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade” (KOSIK, 2002, p. 50)

Para atentarmos às armadilhas do senso comum escondida atrás do mito da democracia racial no Brasil, e para contribuir com o trabalho dos professores, amparados na dialogicidade freireana, KosiK nos diz: “surge aqui um duplo perigo: descrever os fatos históricos tal qual como deveriam ter ocorrido e, portanto, racionalizar e tornar lógica a história, ou então narrar acriticamente os acontecimentos sem avaliá-los, o que, porém, equivale a desprezar o caráter fundamental do trabalho científico que consiste em distinguir o essencial do acessório, assim como o sentido objetivo dos fatos”. (KOSIK, 2002, p. 55)

Ainda na ideia de Kosik - o movimento negro, ativistas, militantes e simpatizantes da causa negra, acompanharam o episódio inédito ocorrido no dia 20 de Janeiro de 2009, dia da posse o referido Presidente. Ele é o primeiro homem negro eleito para dirigir uma das maiores potências mundiais - os Estados Unidos. Paralelo a esse movimento, no Brasil temos a presidência de um homem de origem nordestina que também passou por discriminações para assumir a pasta presidencial¹⁶, e não temos certeza de estas se esgotarem, pois no próximo mandato presidencial, elegeu-se uma mulher para comandar o Brasil. Estes motivos aumentam nossas inquietudes na condição de pesquisadores, e também de ativistas do

15 Barack Hussein Obama- Nasceu em 4 de agosto de 1961, é um político dos USA, eleito o 44º presidente de seu país. Obama foi o primeiro presidente negro estadunidense, empossado no dia vinte de janeiro de 2009. WWW. Wikipédia.org/wiki em 30 de dezembro de 2008.

16 Presidente Luis Inácio Lula da Silva- que antecedeu o mandato da Presidente Dilma.

movimento negro sobre a vigília constante das leituras de mundo que os professores realizam dentro e fora da sala de aula. Portanto cabe à Seduc fomentar as políticas públicas e contribuir na prática dos professores diariamente.

Acessando um pouco mais o pensamento de Kosik, entendemos que mais uma tarefa dos educadores, aponta sugestões de que eles não podem continuar como meros narradores dos fatos que ocorreram no mundo, sem avaliá-los, rebuscando a contribuição de todas as etnias e suas historicidades que somaram na construção de todas as nações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADÃO, Jorge Manuel. **O Negro e a Educação. Movimento e Política no Estado do Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado da UFRGS: Porto Alegre, 2002.
- BRASIL. Senado Federal da República Federativa do Brasil. **Estatuto da Igualdade Racial.**
- PAIM, Paulo Renato, Projeto de Lei n. 3198, de 2000., Brasília, 2000.
- BUENO, Francisco da Silva. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa.** FAE: Fundação de Assistência ao Estudante. Rio de Janeiro: 11ª edição, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau:** Registros de uma experiência em processo. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- KABENGELE, Munanga. **Negritude:** usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986.
- KOSIK KAREL. **Dialética do concreto;** tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- MAESTRI, Mario José Filho. **O Escravo no Rio Grande do Sul.** A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: EDUCS/EST, 1984.
- MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política - livro I Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant Anna. - 24ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, junho de 2005.
- MUNANGA, Kabengele (Org.) **"O anti-racismo no Brasil"**. In: Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **O Método dialético na Pesquisa em Ciências Sociais.**
Porto Alegre. 2005. Documento digitado.